

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY

Gestão popular e autonomia da escola pública



Carlos Roberto Jamil Cury é professor titular do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde trabalha na área de administração e política da educação. Doutorou-se na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1979 e realizou seu pós-doutoramento na Universidade René Descartes, Paris V, em 1994.

Cury tem uma atuação destacada no campo educacional, tanto pela sua produção científica como pela sua participação em órgãos e comissões acadêmicas, tendo sido presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 1996 a 1998.

Buscando traçar um panorama atual da Educação Básica, entrevistamos o professor Cury no momento em

que ele deixa seu cargo no Conselho Nacional de Educação. A experiência de trabalho adquirida nesse órgão, aliada à percepção de um estudioso das políticas educacionais, coloca o professor Cury em lugar privilegiado para fazer uma avaliação dos rumos da Educação Básica no Brasil.

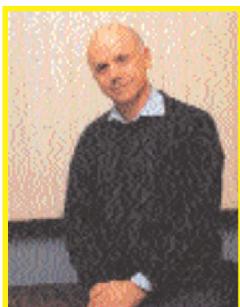
PP: Após dois anos de trabalho, como você analisa, hoje, as realizações do Conselho Nacional de Educação, na Câmara de Educação Básica?

Cury: A produção da Câmara de Educação Básica nesses dois anos foi muito boa. Ela não tem grande visibilidade, mas foi muito boa. Em primeiro lugar, fizemos a passagem da antiga LDB 5.692 e 7.044 para a 9.394. Trata-se de um novo ordenamento jurídico para a educação com características muito diferentes, isto

Entrevista concedida a
LUCÍOLA L. C.
PAIXÃO SANTOS

ENTREVISTA

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



Como havia trabalhado muito o outro texto da LDB tive também que trabalhar intensamente o novo, a nova forma, e, nessa dimensão, acabei descobrindo coisas interessantes.

é, fizemos não apenas a transição de uma lei para outra, mas desta nova lei para as mudanças que ela introduz. Em segundo lugar, trabalhamos para a existência da *Lei do Fundo*, que contém normas mais rígidas para a aplicação dos percentuais previstos na Constituição para a educação. No primeiro momento, o Conselho foi muito cauteloso – embora a iniciativa da lei fosse do Congresso – porque não podíamos interferir diretamente na Câmara Federal. Procuramos, então, interferir indiretamente, enviando sugestões, já que os textos da LDB que estavam ainda em tramitação tinham algumas imperfeições e, por vezes, até mais do que imperfeições. Nem tudo o relator acatou. É preciso que se saiba o seguinte: a respeito dos dois projetos da LDB havia pessoas, como eu, que aprovavam o projeto nascido da Câmara e havia boa parte que aprovava o projeto do Senado. Tentamos nesse trabalho prévio, quando a LDB ainda estava em tramitação, ver se acertávamos alguns pontos, porque o outro lado, o do Senado, estava bem contemplado. Conseguimos algumas coisas, sobretudo em relação à educação básica. Con-

seguimos, por exemplo, que a educação infantil fizesse parte da organização da educação nacional. Isso nós reforçamos, pois havia muita incerteza. Outra coisa que reforçamos muito foi o capítulo do Ensino Médio, os princípios do Ensino Médio.

Depois disso, uma vez implantada a lei, e vivendo nós em um estado democrático, temos de cumpri-la, e então me vi diante de uma situação muito curiosa: eu não era defensor do projeto vitorioso e já era presidente da Câmara, tendo de fazer as gestões no sentido de começar a normatização e a interpretação da LDB.

PP: Qual foi o caminho que você tomou?

Cury: Além de saber que estava diante de um estado democrático de direito, comecei a ler infinitas vezes o texto, para ver se penetrava no espírito da lei e decidir o que fazer, uma vez entendida sua lógica. Como havia trabalhado muito o outro texto tive também que trabalhar intensamente o novo, a nova forma e, nessa dimensão, acabei descobrindo coisas interessantes. Em seguida, passamos a normatizar, a interpretar. Algo



A autonomia dos sistemas de educação - federal, estadual, municipal - só existe na medida em que se identifica e se reconhece a autonomia dos estabelecimentos escolares, do contrário a autonomia dos sistemas fica vazia.

muito importante, e que se for realmente implementado será muito bom, é a desburocratização. Essa lei é efetivamente desburocratizante. Não tenho certeza de que esta lei possa ser, por si só, acoimada de neoliberal, cada vez mais me convenço de que não.

PP: Por quê?

Cury: Porque ela garante a educação como direito social. Com relação à educação básica, ela é quase tão avançada quanto o projeto da Câmara. Ela aprofunda o direito público subjetivo da Educação Fundamental. Na nova LDB reaparece o Ensino Médio, que se torna progressivamente obrigatório. É até uma expressão de difícil realização política. Mas, nós queríamos que ficasse registrado que o ensino público tem que tender obrigatoriamente para o Ensino Médio obrigatório e universalizado. Uma das características que procuramos destacar é que a autonomia dos sistemas de educação – federal, estadual, municipal – só existe na medida em que se identifica e se reconhece a autonomia dos estabelecimentos escolares, do con-

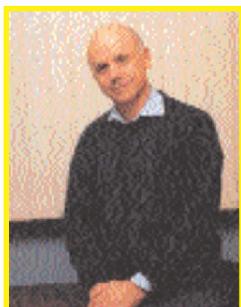
trário a autonomia dos sistemas fica vazia. Então há de se ter essa autonomia dos estabelecimentos, e para isso, é preciso desburocratizar. Isso não tira aspectos dessa lei que podem vir a se tornar menos públicos, menos democráticos do que a gente queria. Essa possibilidade está aberta justamente por este último ponto.

PP: Não existe o medo de que isso vire “bagunça”? Suponhamos que campanhas para eleição de diretores de escola no interior do Brasil se tornem um tipo de campanha muito suja e a escola praticamente se acabe ali naquela ignorância, deixada à própria sorte e sem um direcionamento de pessoas mais esclarecidas, mais ligadas aos valores universais de conhecimento. Pode acontecer isso?

Cury: Nesse caso o Conselho Nacional pode fazer muito pouco. Porque a competência maior da gestão democrática é dos sistemas. Então, quem terá de se haver com isso são os sistemas municipais e os sistemas estaduais. Na verdade, nos resta alguma coisa com relação ao Colégio Pedro II, às escolas técnicas

ENTREVISTA

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



Há que se distinguir a LDB da política do governo. Elas são duas coisas distintas, embora não divididas, porque é óbvio que a lei foi montada no sentido da política.

federais, às escolas agrotécnicas e fica por aí. E a tendência é tratar essas escolas como se elas fossem sistemas, portanto, reconhecer nelas a plenitude da autonomia que se reconhece no sistema municipal e no sistema estadual. Mas concordo que esse é um ponto que no outro projeto ficava mais amarrado; no projeto atual, ele é delegado ao sistema.

PP: Então, por exemplo, se qualquer estado do Brasil quiser criar um sistema firme de inspetorias, auditorias, isso será criado, e se não quiser não será criado?

Cury: Exatamente.

PP: O risco que corremos é maior nos estados mais pobres?

Cury: A lei é muito forte no sentido de respeitar a autonomia dos sistemas municipais e estaduais. Nesse sentido, acho que há um risco, não propriamente da “bagunça”, mas o risco de se associar uma certa dispersão de iniciativas, de programas, de políticas com improvisação, onde os sistemas forem precários.

PP: Os estados que não tiverem uma tradição de educação, estados

pobres, podem ser mais fragilizados por esse tipo de política, porque ela dá uma autonomia com pobreza, que termina não sendo autonomia?

Cury: Essa política gera a improvisação e a dispersão, não há dúvida, mas há que se distinguir a LDB da política do governo. Elas são duas coisas distintas, embora não divididas, porque é óbvio que a lei foi montada no sentido da política. Só que, como a lei tem um caráter geral, certas formulações escapolem à intencionalidade prévia da política. Nesse sentido, a lei tem um caráter mais universal do que a política. Agora, quando se joga a responsabilidade e a autonomia para as escolas, está de certo modo havendo uma ruptura com uma tradição com a qual sempre trabalhamos, e pela qual lutamos, que é a de o Estado ser um agente direto de sustentação dos estabelecimentos escolares. Aqui é que entra a outra lei, a Lei do Fundo, e não propriamente a LDB. E que seria isso? Seria o seguinte: as escolas, doravante, como autônomas, tendencialmente vão ter um *quantum* financeiro: “É tanto que você tem. O seu

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



É preciso estarmos muito atentos para o que me parece existir de melhor na lei e, ao mesmo tempo, o mais duvidoso, que é a constituição dos conselhos populares de controle do orçamento econômico e fiscal da escola.

orçamento é tanto. Você vai se virar com isso”. É óbvio que há critérios para se dizer tudo isso.

PP: O pagamento de professores está incluído nisso?

Cury: Não, o pagamento de professores continua sendo responsabilidade direta do estado ou do município. Essa verba é destinada à manutenção e desenvolvimento do estabelecimento escolar voltado para o ensino. O que o governo, a política governamental está pretendendo e, ao mesmo tempo a Lei do Fundo acaba contemplando, é que haja a participação da sociedade civil no controle desses recursos. E aqui uma visão mais detalhada do Brasil vai dar as diferenças, porque temos prefeituras ou municípios com intenso grau de participação crítica, municípios em que as comunidades são organizadas e também municípios não organizados. Então, há um risco de competição entre as escolas cuja diferença seja bancada, não pelos estados ou pelos municípios, mas sim pelas comunidades.

PP: Isso não é uma privatização indireta?

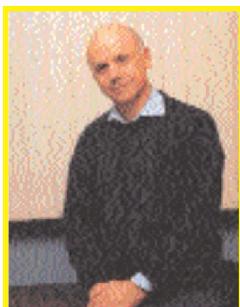
Cury : Não há dúvida. Por isso é preciso estarmos muito atentos para o que me parece existir de melhor na lei e, ao mesmo tempo, o mais duvidoso, que é a constituição dos conselhos populares de controle do orçamento econômico e fiscal da escola.

PP: E há o perigo do investimento naquilo que aparece: são feitas quadras, muros, mas não se compram livros para a biblioteca, não se investe em laboratório. Há um tipo de política, como algumas prefeituras fazem, de só se preocuparem em construir estradas ou prédios e nunca rede de esgoto, porque não aparece, certo?

Cury: Acho importante essa chamada aos conselhos. A chamada à participação da comunidade, em primeiro lugar, é para dizer que esses recursos devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino. A rigor não poderiam ser aplicados em outras coisas. Mas, está havendo um elemento positivo que é a presença dos Tribunais de Contas dos estados. Os Tribunais de Contas estão partindo para fiscalizar estados e municípios, pois há estados e, sobretudo municípios, em que os secretários estaduais e mu-

ENTREVISTA

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



O Conselho está trabalhando no sentido de que a escola possa vir a ser um lugar de alegria, um lugar de realização.

nicipais de educação estão sendo demitidos porque não querem cumprir o Fundo. Os prefeitos estão querendo aplicar em ensino. Então, o próprio Prefeito está “puxando o tapete” do seu secretário porque não está aplicando naquilo que era tradicional, que é o muro, a aparência, o asfalto. Este é o fio da navalha, a chamada à participação dos conselhos, que tenha um objetivo muito concreto, que é o dinheiro na escola. Tanto pode gerar maior participação cidadã quanto pode ficar numa participação contábil, sendo um flanco aberto para uma privatização indireta.

PP: Você vê que o sistema de ensino brasileiro se torna muito mais semelhante aos sistemas de ensino de países do primeiro mundo, cuja realidade vem de um outro desenvolvimento histórico: por exemplo, a escola nos Estados Unidos, que é um país de tradição comunitária e da escola com muita participação da comunidade. Então, há esse tipo de tradição. O Brasil, que vinha num sistema centralizado, mais tutelado, modifica-se muito rapidamente para acompanhar o internacional, mas sem

história que dê suporte para esse tipo de política. Que você acha disso?

Cury: Acho que o povo brasileiro não tem ainda essa consciência cidadã, essa cidadania crítica, com participação crítica no cotidiano.

PP: No Brasil ainda há um complicador: duas vertentes na educação trabalhando com o mesmo discurso. Todo esse pessoal mais crítico vem se preocupando com que os meninos passem a ter interesse pela escola. Mas nos encontramos com as professoras, e elas dizem assim: “O governo determinou que no fim do ano é para passar todo mundo porque não quer repetência, não quer sala cheia”, e fica muito clara a variável econômica: resolveram acabar com a repetência, não porque a escola precisa ser interessante, mas porque chegaram à conclusão de que está muito cara.

Cury: Acho que este é um momento em que há uma distinção bastante interessante entre a lei e as políticas. Esse é um caso típico. O Conselho está trabalhando no sentido de que a escola possa vir a ser



A LDB, associada ao Fundo, está obrigando as Câmaras de vereadores a pensar no Conselho Municipal de Educação, a pensar no controle dos recursos da educação.

um lugar de alegria, um lugar de realização. Quando digo “possa vir”, é porque sei que ela ainda não é, mas pode ser. Então, nós estamos trabalhando, por exemplo, as duas reformas: a do Ensino Fundamental e a do Ensino Médio, que têm como um dos princípios norteadores a estética.

PP: Estética no Ensino Básico?

Cury: O desenvolvimento da sensibilidade estética. Coisas como ética, estética e igualdade. O Conselho pelo menos está fugindo de uma orientação meramente contábil, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista estatístico, trabalhando no sentido de melhorar as estatísticas e com isso aumentar recursos ou administrar recursos. Nós sabemos que isso é importante, mas entendemos que, não é suficiente para dar conta da adequação da escola às novas realidades que o mundo está vivendo e exigindo dela. Então, acho que esse é um caso ótimo para dizer: “Olha, as políticas e a lei não são divididas, mas são distintas.” No mínimo são distintas. Mas aí é que vai se revelar a multiplicidade das autonomias dos estados, dos sistemas e dos municípios.

PP: Está acontecendo em algum lugar do País uma transformação que você veja como positiva?

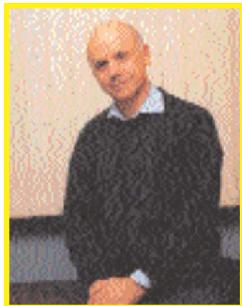
Cury: Está acontecendo sim, e é, por incrível que pareça, por causa do Fundo. O Fundo está propiciando em determinadas regiões do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste que professores que ganhavam 50 reais por mês estejam ganhando, agora, por vinte horas, 150 reais. Para nós, isso pode parecer algo trágico, um sujeito que triplica seu salário de 50 para 150 ter ficado feliz; mas em geral ele tem 40 horas, então passou a ganhar, na verdade, 300 reais, no interior do Nordeste. Ele passou a ser uma referência financeira para alguns municípios.

PP: Quais os acertos do Fundo do Magistério?

Cury: A LDB, associada ao Fundo, está obrigando as Câmaras de vereadores a pensar no Conselho Municipal de Educação, a pensar no controle dos recursos da educação porque os Tribunais de Contas estão agindo, agora, para aplicar realmente 25% em educação, de acordo com as regras do Fundo. Então, isso que parece algo superado, para muitos lugares do

ENTREVISTA

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



O Projeto de Resolução das Diretrizes de Carreira possibilita vários ganhos para o professor, sobretudo se eles estiverem organizados.

Brasil é algo ainda fantástico porque de repente há um tanto de recursos na mão. Prefeituras estão cheias de dinheiro e não sabem o que fazer, literalmente não sabem e têm dinheiro, enquanto outras, pelo contrário, foram até certo ponto depauperadas. É o caso do município de Belo Horizonte. É o caso, por exemplo, do município de Porto Alegre, por acaso, duas das melhores experiências do Brasil em educação.

PP: Você acredita que seja por acaso que esses dois municípios foram depauperados? Não são administrações de oposição?

Cury: São administrações petistas, com um impacto não apenas nacional, e sim um fantástico impacto internacional. Mas a falta se deve menos à proposta em si e mais à redistribuição dos recursos. Porto Alegre e Belo Horizonte investiam pouco em Educação Fundamental, a rede era muito pequena para o volume de impostos que arrecadavam. Belo Horizonte não tem o volume tão bom de impostos quanto Porto Alegre e uma rede um pouquinho maior; mas era uma boa rede de Ensino Médio, e este não pode mais ser bancado pela Prefeitura.

PP: E quanto à formação de professores no País, como você vê a situação?

Cury: Acho que nesse ponto o Conselho produziu uma coisa que foi a melhor, dentro do possível. Foi o projeto de carreira, porque a Lei do Fundo dava ao Conselho a obrigação de montar as diretrizes da carreira docente no Ensino Fundamental; e esse foi para nós o trabalho mais árduo, porque fizemos uma proposta extremamente detalhada para uma proposta mais geral. O Projeto de Resolução das Diretrizes de Carreira possibilita vários ganhos para o professor. Possibilita, eu não quero dizer que efetive; possibilita, se os professores, sobretudo, estiverem organizados. Por exemplo: os professores podem ser liberados para efeito, quer de educação continuada, quer de especialização ou até mesmo de mestrado. Com ônus. A figura da entrada continua sendo a de concurso público de títulos e provas, e a transição no interior da carreira contempla tanto o tempo de exercício quanto a titulação e a qualificação. São esses três eixos: tempo, titulação e qualificação. Então, as prefeituras e os estados têm que trabalhar com isso. É obrigatório. E há uma estimulação para que os professores, em pouco

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



O projeto pedagógico deve ser um projeto coletivo e não individual.

A estimulação é para que ele seja coletivo.

tempo, possam ser licenciados no ensino superior, com liberação para isso. E mais, nós estabelecemos um limite da jornada de trabalho em 40 horas, e dentro dessas 40 horas os estados e municípios têm de dar 20 a 25% obrigatoriamente aos professores, para que se dediquem a atividades não diretamente docentes em sala de aula, mas contadas como se fossem. Por quê? Aí entra o outro lado da LDB, que é onde se resolve, na lei, não na prática, a autonomia da escola que depende do projeto pedagógico. O projeto pedagógico deve ser um projeto coletivo e não individual. A estimulação é para que ele seja coletivo. Eu diria que nós estamos diante de sistemas que trabalham com resultados ambíguos em espaços da lei que são bons.

PP: E as escolas, pensando nesse coletivo, não teriam de contratar pedagogos? Não é a figura do pedagogo que tem essa idéia de escola como um todo, numa formação transdisciplinar?

Cury: Toda a reforma do Ensino Fundamental e do Ensino Médio está calcada na contextualização e na interdisciplinaridade. Toda ela está calcada nessas duas grandes orientações. Bom,

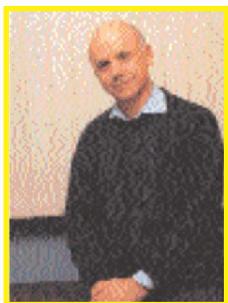
é obvio que isso tem de supor, da parte de quem forma os professores, uma outra mentalidade. A figura do pedagogo, neste momento, é extremamente importante. Por exemplo, o coordenador pedagógico, ou o pedagogo, seria aquele que, dada a sua formação, não entende profundamente de Matemática, não entende de Física, não entende de Química, mas na medida em que consegue atuar junto aos professores todos e tem uma metodologia, ele passa a ter uma clareza do que é o ensino.

PP: Os pedagogos também sabem de currículo, de planejamento, dificuldades de aprendizagem, avaliação, problemas de leitura, questões mais gerais de ensino, não?

Cury: Currículo voltou a ser algo absolutamente imprescindível, absolutamente fundamental, e talvez esteja aí uma saída para as faculdades de educação se repensarem. Toda essa questão agora retorna: o diretor ou diretora de escola é, também, um pequeno gerente de banco. Volta a questão do currículo, em que se exige do professor ou do pedagogo sua capacidade de rearticular o que está desmembrado, hoje. Então, entender de currículo, de avaliação, do processo de ensino-aprendizagem é

ENTREVISTA

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



Tenho certeza de que estamos trabalhando com ambigüidades: estamos trabalhando ao mesmo tempo com a chamada à participação civil e com um estado que quer retirar-se de cena.

fundamental. O parecer de Guiomar Namó de Mello, por exemplo, está repleto de citações de Frenet, Piaget e sobretudo Vygotsky, chamando a atenção para esses aspectos da contextualização, da ambiência. Então, a figura de um educador, de um pedagogo, seria agora absolutamente crucial, para enfrentar isso.

PP: Na Inglaterra, fizeram pesquisas sobre essa autonomia financeira das escolas. Ela tinha resultado, mesmo, numa utilização de recursos com melhor retorno em termos econômicos. Mas isso não tinha trazido benefícios para a educação.

Pelo contrário, os professores e às vezes pessoas da comunidade passaram a dedicar-se à contabilidade durante o tempo antes dedicado à educação. No Brasil, será que o bom ensino não vai terminar perdendo nesse processo?

Cury: Eu acho isso possível. Tenho certeza de que estamos trabalhando com ambigüidades: estamos trabalhando ao mesmo tempo com a chamada à participação civil e com um estado que quer retirar-se de cena. Então, essa entrada da sociedade civil num espaço do qual o estado está querendo se retirar é uma opção que pode dar errado, e nesse caso temos uma derivação para gerenciamento econômico, contábil etc.

PP: Tudo isso termina não resolvendo o problema da educação?

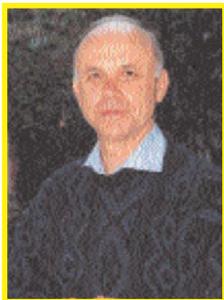
Cury: Ou temos o risco da privatização indireta ou algo que está ocorrendo, sobretudo nessas prefeituras em que a idéia da participação já encontrou comunidades organizadas, que, tendo objetivos, tendo consciência mais clara das coisas, evitam problemas. O risco da distorção é iminente. A lei trabalha com a questão da igualdade, mas o governo insiste na questão da equidade, e com isso se passa a tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam, parafraseando Rui Barbosa.

PP: E temos de estabelecer quem vai determinar os critérios, quem vai determinar essa medida de desigualdade, não?

Cury: Exatamente. Podemos ter uma adequação ao micro, uma adequação ao medíocre, uma adequação ao ruim. Isso é chamado de equidade, mas afinal estou particularizando as coisas e esquecendo os universais. Acho que isso é arriscado.

PP: As faculdades de educação têm de se tornar modelos de bom funcionamento de projetos pedagógicos, não acha?

Cury: No âmbito do ensino superior, acho que o ensino superior público tem que abdicar completamente de



Já há mais do que embriões, existem núcleos fervilhando de propostas pedagógicas que poderiam passar, de um caráter dispersivo, para um caráter organizado.

qualquer pretensão quantitativa. Não há mais espaço para o crescimento do ensino superior público no ritmo em que ele cresceu na década de 60 ou na década de 80. O crescimento, hoje, vai ser mesmo das escolas privadas. Como podemos ser públicos e ao mesmo tempo ser orientadores do ensino melhor? Somente expressando uma proposta de ensino qualitativamente superior.

PP: A política atual deixa abertura para realizações progressistas, mas isso tudo é filtrado pelos grandes projetos do Banco Mundial, que terminam sendo um tipo de massificação da Educação. Gasta-se, e não se tem retorno. Agora, estão gastando dinheiro com capacitação, programas à distância para professores, mas a gente não vê retorno, pois são programas de cima para baixo e sem sintonia com o cotidiano da escola. Você concorda?

Cury: Não tenho nada contra o projeto de capacitação, pelo contrário, sou extremamente favorável a ele. O problema é que não se percebe que já há mais do que embriões, existem núcleos fervilhando de propostas pedagógicas que poderiam passar, de um caráter dispersivo, para um caráter organizado.

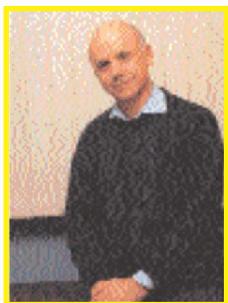
PP: E o governo vem na contramão?

Cury: A lei tem um caráter mais geral; agora, os governos têm iniciativas, hoje, muito diferenciadas, no interior da 5.500 prefeituras e no interior dos 27 estados. Nesse caso, neste momento, uma generalização da experiência de Porto Alegre seria tão pré-científica quanto a generalização de uma experiência vertical. Há trabalhos diferenciados em Pernambuco, no Ceará, em São Paulo, em Minas...

PP: A pesquisa pode subsidiar o ensino?

Cury: Pode. Solidificar a experiência, dando-lhe uma organicidade. Ao invés de ser um pouco dispersa, um pouco heterogênea, ela se tornaria mais homogênea, no bom sentido, com um certo consenso, um certo diálogo, uma certa discussão. Acho belíssima essa idéia.

E hoje esse diálogo é possível porque a lei faculta isso. Faculta, por exemplo, que professores do Ensino Fundamental, mesmo que não tenham curso superior, mesmo que não tenham passado por um processo seletivo ou um vestibular, possam frequentar cursos universitários chamados cursos seqüenciais. A gente teria que começar a explorar essas aberturas que às vezes são um tanto ambivalentes. A Universidade está ainda muito amarrada, precisa soltar-



A experiência do Chile em parte está mostrando que essa proposta não corrige, ao contrário, ela aumenta as desigualdades. Num país em que se falsifica remédio contra câncer, temos sempre de ter um pé atrás quanto à corrupção.

se um pouco com relação a essas possibilidades que a lei aponta e abre. A iniciativa privada está mais atenta para essas possibilidades no ensino superior.

PP: E em Minas Gerais, como o Conselho Estadual está trabalhando com a legislação?

Cury: Há um esforço do Conselho Estadual em ouvir as regiões do Estado. Há um grande esforço, há pessoas que saíram da Faculdade de Educação com uma perspectiva pedagógica bastante aberta e estão tentando fermentar um pouco aquela cultura antiga, que era bem pesada, bem burocrática. Mas é a velha história: tanto cá como lá, a maior dificuldade não está na educação básica. Está na educação superior, onde as coisas são muito mais complexas, muito mais complicadas. Na educação superior o interesse privado é imediato e direto. No ensino público da escola básica trabalhamos com grandes políticas para grandes e complexas realidades. No superior, trabalha-se com a fundação X, com a mantenedora Y, então é diferente esse tipo de coisa. O sujeito chega lá e diz: “Eu quero autorização para passar de 100 para 200 alunos de Direito, mais 50 de tarde, mais 50 à noite.” Ele quer isso... e consegue!

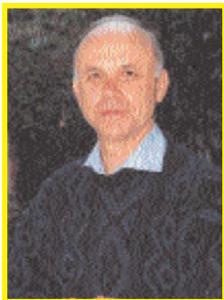
PP: Mas a idéia dos proprietários de escolas privadas não é que o governo acabe com o ensino público e transforme a verba em bolsas a serem dadas aos próprios estudantes que não puderem pagar uma escola particular? O sistema público não se transformaria em vale-escola, vale-transporte, vale-refeição? Haveria um vale-escola?

Cury: Como no Chile!

PP: O próprio governo sustentaria a estrutura básica das escolas através de bolsas, e elas continuariam cobrando mensalidades dos alunos que pudessem pagar? Teriam verbas públicas, sem perder nada, pelo contrário, selecionariam os alunos de acordo com seus critérios, e os pobres iriam conseguir vagas nas piores escolas particulares, não?

Cury: Eu, por exemplo, se recebo vale-refeição que um bom restaurante aceite, posso chegar lá e gastar R\$80,00 num lauto jantar, com vinho etc. “Os senhores aceitam esse vale-refeição? Aceitamos. Quanto vale o seu ticket? Vale R\$5,00.” De R\$80,00 fui para R\$75,00, e o outro, que só podia usar esse vale, janta só R\$5,00. A experiência do Chile em parte está mostrando que essa proposta não corrige, ao contrário, ela aumenta as desigualdades. Num país em que se falsifica remédio contra câncer, temos

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



É curioso conversar com pessoas do Banco Mundial. Dizem o seguinte: “Em determinados países, como Paraguai, Colômbia, chegamos com a proposta e não se retruca, engole-se. No Brasil é diferente”.

sempre de ter um pé atrás quanto à corrupção.

PP: Os professores estão se reorganizando contra isso?

Cury: Lentamente. Se eles usarem essas propostas de reforma do Ensino Médio e do Ensino Fundamental junto com o plano de carreira, acho que vai ser possível pressionar ao mesmo tempo por uma melhoria salarial e por uma melhoria de qualificação. Que seja isso uma forma legítima e competente de dizer a esses organismos internacionais que o dinheiro deles é bem-vindo, desde que eles não sejam “verticais”. É curioso conversar com pessoas do Banco Mundial. Dizem o seguinte: “Em determinados países, como Paraguai, Colômbia, chegamos com a proposta e não se retruca, engole-se. No Brasil é diferente. Há determinados núcleos em determinados estados, em determinadas prefeituras, que dizem: “não, aqui não é assim não.” Eles atribuem isso ao fato de que boa parte dos burocratas das Secretarias Estaduais de Educação passaram por cursos de especialização.

PP: Nós, às vezes, falamos sobre o Banco Mundial e sobre o Brasil, mas o Banco Mundial é cheio de intelectuais brasileiros que pensam a política do Banco Mundial. Não existe uma sintonia muito grande

entre uma elite brasileira e o Banco Mundial?

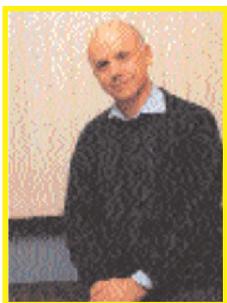
Cury: Eles têm os estereótipos deles, também pensam de uma determinada forma. São as opções de quem foi para lá.

PP: Enquanto os educadores ficam preocupados com a formação do ponto de vista humano, com valores éticos, a preocupação deles é mais imediata, mesmo. O impacto no mercado, na mão-de-obra, na formação da força de trabalho. Como você vê isso?

Cury: Esses altos funcionários do Banco Mundial, pelo fato de o Brasil ter 18% dos impostos da União vinculados à educação, 25% dos estados, 25% dos municípios, que algumas leis orgânicas ampliaram de 25% para 30% e até para 35% , eles dizem: “Nó! mas isso Vocês já não têm esse percentual na Constituição?” Não dá para discutir. Agora é maximizar o que está aí, não precisamos de novos recursos a não ser para projetos específicos. Então, o que se tem a fazer é maximizar recursos, otimizar recursos.

PP: Não é por aí que se perde todo o dinheiro? No município ou estado a tendência é fazer um grande projeto, chamar uma porção de assessores nacionais, internacionais, com grandes conferências nacionais, fóruns,

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



O Brasil tem núcleos urbanos que não são os núcleos da periferia. Não dá para pensarmos só por homogeneidade a questão da escola pública se observarmos esses três núcleos: o núcleo rural, o núcleo periférico e o núcleo urbano propriamente dito.

debates, mas, nas escolas, o prédio está caindo, não há um laboratório, uma biblioteca. Não é como se estivessem tratando da pintura, do acabamento, da decoração, sem ter a casa pronta?

Cury: Acho que boa parte dos famosos 100 mil computadores, mesmo das parabólicas etc, tudo não é de se desprezar, mas há certas prioridades de superação do anacronismo que estão, ainda, à frente da parabólica e do videocassete, por mais que eu seja defensor da parabólica e do videocassete. Alguns programas da década de 60, no Nordeste, estimulavam o uso de pia e vaso sanitário em lugares onde não se tinha água. É uma coisa muito complicada. Vamos primeiro colocar água, depois a pia e o vaso sanitário. A minha presença no Conselho aprofundou e consolidou essa visão que hoje tenho do Brasil, esse país ao mesmo tempo perpassado por várias tendências homogeneizadoras e profundamente diferenciado. O Brasil tem núcleos urbanos que não são os núcleos da periferia. Não dá para pensarmos só por homogeneidade a questão da escola pública se observarmos esses três núcleos: o núcleo rural, o núcleo periférico e o núcleo urbano propriamente dito. São três núcleos bastante diferenciados, embora tenham elementos de ligação.

PP: Você vai a uma cidade do interior, e as únicas escolas que chamam a atenção são as do estado, construídas nas décadas de 30, 40 e até 50. Todas as escolas municipais, nesses municípios perdidos pelo interior, são muito ruins. Por isso é que assusta pensar em municipalização do ensino. Os municípios fizeram coisas muito precárias, não?

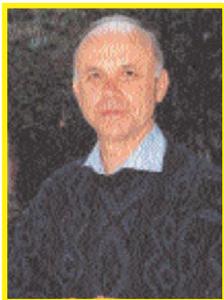
Cury: O Fundo tentou corrigir isso. Para os municípios pobres, o Fundo tem sido interessante. Agora, há prefeitos completamente perdidos, do ponto de vista legal, administrativo-financeiro. Então, o que está acontecendo em alguns municípios? Não está sobrando dinheiro, mas o dinheiro está lá, e o prefeito não sabe o que fazer com ele. Por isso, em determinados estados, consultorias privadas estão sendo montadas, fazendo propostas que sequer obedecem aos critérios legais. Estão retirando dinheiro grosso dos municípios pobres para dar uma consultoria errada, inadequada e incompetente. É triste: de repente, o prefeito passou a ter dinheiro, mas não sabe aplicá-lo.

PP: Você tem alguma esperança de que a nossa educação melhore a partir deste momento que vivemos?

Cury: Tenho sim, a partir de duas experiências que vivi recentemente e que me ajudaram a compreender isso.

ENTREVISTA

**CARLOS
ROBERTO JAMIL
CURY**



Tenho esperança de que, com uma administração mais aberta, uma administração pública mais democrática, mais voltada para o social, amanhã sair desse buraco em que nós, professores, estamos.

A primeira foi quando uma aluna minha, da área de História, defendeu sua dissertação e mostrou como os professores autonomamente (é verdade que da rede municipal de Belo Horizonte, mas autonomamente) se reordenaram, se reorganizaram a partir dos conteúdos que tinham recebido na FAFICH, e criaram coisas fantásticas do ponto de vista da metodologia de ensino, de currículo. A segunda, ao participar de um júri de uma instituição para premiar, no Brasil todo, as experiências mais inovadoras de professores trabalhando nos diferentes campos de conhecimento. Fiquei arrepiado ao ver o grande número de experiências, e os excelentes resultados, com os professores trabalhando em conjunto.

PP: Então, há esperança?

Há uma esperança, pelo seguinte: os fazeres do professor estão gerando saberes, e esses saberes nem sempre são sistemáticos, mas vejo uma missão muito importante para as faculdades de educação: de serem não apenas semeadoras, mas colhedoras desses saberes e terem esses saberes como matéria-prima dos seus cursos. A outra esperança é a de que, se os professores brasileiros, com a iniquidade dos salários que recebem, com as condições precárias em que trabalham, são capazes de produzir, imaginemos se eles tiverem salários mais dignos e se

tiverem a qualificação que se pede no mundo contemporâneo e que a lei está, hoje, de certo modo, incentivando. Tenho, então, muita expectativa positiva, tenho esperança de que, com uma administração mais aberta, uma administração pública mais democrática, mais voltada para o social, amanhã sairemos desse buraco em que nós, professores, estamos. •